

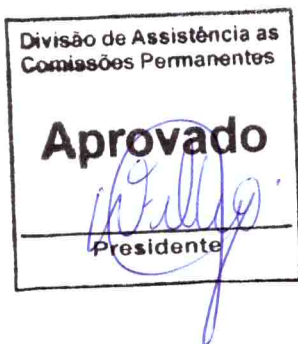
ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Acompanhamento e Controle
da Execução Orçamentária



ATA



ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 348/2019 – DO GOVERNADOR DO ESTADO QUE “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2019.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e dois do mês de maio de dois mil e dezenove, no Plenário “Deputado José Mariz”, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a Presidência do deputado Adriano Galdino, reuniu-se em Audiência Pública a Comissão Permanente de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária para discutir o Projeto de Lei Nº 348/2019 – do Governador do Estado – que “Dispõe Sobre As Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 e dá Outras Providências. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, convidando a compor a Mesa os deputados Taciano Diniz, como 1º Secretário; João Bosco Carneiro, como 2º Secretário; Tião Gomes, como relator; Ricardo Barbosa; Wilson Filho; o Sr. Gilmar Martins de Carvalho, Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado; Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba; Sr. Francisco Seráfico Ferraz Nóbrega Filho,

Procurador Geral de Justiça do Ministério Público; Sr. Ricardo Barros, Defensor Público Geral da Paraíba. Ato contínuo, o Presidente comunicou que o Programa de Aposentadoria ainda está aberto até amanhã, e que até agora possuem 90 inscritos, faltando 10. Na sequência, comunicou à Casa e às autoridades presentes, que está acometido de uma virose, e portanto, irá se ausentar. Passou a presidência para o deputado Wilson Filho. Em seguida, o 1º secretário, deputado Taciano Diniz, cumprimentou a todos os presentes neste momento tão importante e leu o Edital de Convocação. O Presidente proferiu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, tem como principal finalidade orientar a elaboração das Lei Orçamentária Anual, a LOA, respeitando os orçamentos fiscais, empresas públicas e os poderes públicos. Comunicando a todas as associações que podem fazer o uso da palavra, conforme o segmento regimental. Cumprimentou os membros de todos os deputados presentes. Em seguida, facultou a palavra para Gilmar Martins de Carvalho, secretário de Planejamento e Orçamento e Gestão do Estado. Na Tribuna, o secretário estadual de Planejamento saudou os presentes e explicou que iria abordar o texto da lei e apresentar os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Apresentou slides com o resumo dos capítulos do projeto de lei. Tratou do papel das diretrizes orçamentárias e apresentou as prioridades e metas da administração pública. Destacou que as metas referentes ao Poder Executivo serão contempladas no Plano Plurianual de 2020 a 2023, tomando-se por base a proposta de governo do Chefe do Executivo, e que os demais poderes e entidades têm orçamentos previstos no anexo III da LDO. Em seguida, apresentou o Capítulo III que trata da estrutura da organização dos orçamentos, a qual se divide em fiscal, seguridade social e de investimentos. Salientou que é a LDO define as metas fiscais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Apresentou o Capítulo IV que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos e suas alterações. Dispôs sobre o limite total fixado na lei orçamentária de 2019, explicou que alterações na legislação tributária observarão às determinações do Artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000. Disse que a LOA levará em consideração a legislação tributária realizada até o dia 31 de julho de 2019. Discorreu sobre o Capítulo VI que trata das despesas com pessoal e encargos sociais, as quais consideraram as despesas pagas no mês de julho de 2019. Salientou que reajustes aos servidores só podem ser concedidos se observar a lei de responsabilidade fiscal. Tratou do Capítulo VII, sobre as disposições relativas à dívida pública estadual. Explicou que as despesas com juros, amortização e demais encargos da dívida pública estadual

serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até um mês antes do encaminhamento do projeto de lei. Discorreu sobre o Capítulo VIII, o qual versa sobre disposições gerais, e destacou que são vedados procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem disponibilidade de dotação orçamentária. Apresentou quadro com metas fiscais para o período de 2019 a 2021, em comparação com a execução dos anos de 2016 e 2017. Por fim, colocou-se à disposição para esclarecimentos. Com a palavra, o presidente deputado Adriano Galdino agradeceu a fala do orador e registrou a presença de vinte e seis deputados estaduais em Plenário. Em seguida, o secretário dos trabalhos, deputado Taciano Diniz, registrou a presença dos deputados Adriano Galdino, Anderson Monteiro, Anísio Maia, Branco Mendes, Camila Toscano, Eduardo Carneiro, Dr. Érico, Estela Bezerra, Júnior Araújo, Cabo Gilberto, Inácio Falcão, Galego de Souza, Bosco Carneiro, João Henrique, Wilson Filho, Lindolfo Pires, Cida Ramos, Chió, Nabor Wanderley, Ricardo Barbosa, Raniery Paulino, Tião Gomes, Taciano Diniz, Tovar Correia Lima, Delegado Wallber Virgolino e Pollyanna Dutra. O presidente dos trabalhos comunicou que os próximos oradores teriam o tempo de três minutos para fazer uso da palavra. Com a palavra, o deputado Taciano Diniz agradeceu a indicação como membro da Comissão de Orçamento e disse que leu o substitutivo do secretário de planejamento. Comentou ter recebido várias solicitações de aumento de recursos para o Tribunal de Justiça da Paraíba, a Universidade Estadual da Paraíba, assim como reivindicações por mais investimentos para a saúde. Disse que conhece necessidade de contratação de mais juízes, mas a restrição orçamentária do Tribunal de Justiça impossibilita a convocação. Comentou que os serviços existentes precisam ser melhorados e ampliados. Indagou, conforme o Artigo nº 34 do substitutivo, o conceito de receita operacional líquida. Colocou-se à disposição de todos e afirmou que irá olhar atentamente e dar seu voto para equacionar os Poderes de forma igualitária. Com a palavra, o desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, saudou os presentes e comentou sobre o congelamento dos orçamentos do tribunal, assim como do Ministério Público, e que esses entes têm o pior orçamento do Brasil. Apontou a crise financeira, a falta de recursos para fechar a folha de pagamentos e a precariedade dos fóruns. Considerou haver falta de diálogo com o Poder Executivo e indagou se o Poder Judiciário merece recomposição financeira para a fim de cumprir suas obrigações. Comentou que o fórum de Patos está com a estrutura comprometida e falta, inclusive, ar-condicionado. Disse que o governo de João Azevedo deu o primeiro passo ao



descongelar o orçamento, mas ainda está aquém das necessidades. Declarou que as emendas parlamentares podem suprir parcialmente as necessidades do tribunal. Neste momento, o secretário dos trabalhos registrou a presença de Luciano Albino, representante da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e do Dr. Gustavo Cavalcanti, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional da Paraíba. O próximo orador, deputado Eduardo Carneiro, após saudações de praxe, comentou sobre a situação da UEPB e apontou que o Estado deixou de repassar quinhentos e setenta e sete milhões de reais para a instituição. Como consequência, mais de seis mil alunos deixaram de ingressar na universidade. Consignou esperar por maior diálogo para a recomposição orçamentária das instituições. Comentou que vários concursos públicos foram anunciados, no entanto, os aprovados não poderão ser convocados por impossibilidade orçamentária. Defendeu a aprovação do orçamento impositivo, o que dará poder às emendas parlamentares. Por fim, colocou-se à disposição de todos. Neste momento, o presidente explicou que a cada cinco questionamentos, o secretário irá usar a palavra. Na Tribuna, o Dr. Francisco Seráfico, representante do Ministério Público da Paraíba, agradeceu o convite e saudou a todos. Disse que a discussão da LDO é importante porque se discute os critérios de correção do orçamento. Da Tribuna, o líder do Governo deputado Ricardo Barbosa, inicialmente, saudou às autoridades presentes e aos responsáveis em proceder as colocações para readequar o orçamento público frente às dificuldades predominantes. Nesse íterim, registrou o reconhecimento público da disponibilidade do presidente desta Casa deputado Adriano Galdino que sempre se portou de maneira a dar uma maior contribuição em todas as ocasiões como porta-voz desta Casa e visando, sobretudo, a confecção de um orçamento com "menos injustiça e mais justiça orçamentária". "Esse debate se iniciou e as coisas estão caminhando bem. A bancada está unida e solidária para debater a peça enviada pelo Governo do Estado. É de extrema necessidade um debate amplo, envolvendo especialistas, representantes de setores da sociedade civil, e especialmente, os órgãos do Poder Público, bem como os pares desta Casa, buscando neste debate a convergência da melhor solução da problemática do tema", concluiu o líder da bancada do Governo. Em seguida, usou da palavra o defensor público geral do Estado, Dr. Ricardo Barros. Após os cumprimentos, ressaltou a oportunidade de cobrar e também de criticar o que não estaria de acordo com a previsão de cada órgão. Dando sequência, informou que a Defensoria Pública do Estado anteriormente, havia recebido o seu duodécimo completo, mas já com defasagem de mais de trinta e um por cento, inviabilizado

Assinatura manuscrita em azul, localizada no canto inferior direito da página.



com isso, o orçamento do órgão que representava. Também comunicou que, havia oitenta vagas na categoria a serem preenchidas no interior do Estado, que representa noventa por cento das ações judiciais. Na oportunidade argumentou do secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins de Carvalho, sobre como se deveria proceder para dar uma compensação dessa defasagem para aquele órgão governamental. Assomou à Tribuna o deputado João Bosco Carneiro Júnior. Após saudar as autoridades presentes, reafirmou o seu compromisso e de toda a Casa em reparar a LDO de acordo com o que se tem proposto aqui. Nessa ocasião ressaltou que, os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público estariam com os seus orçamentos congelados. Ato contínuo, indagou do Secretário daquela pasta qual foi a receita corrente líquida estimada e qual foi a executada realmente. Nesse ínterim o parlamentar informou que, nesta Casa, ficou estipulado a destinação de recursos num montante de quinhentos mil reais para a UEPB, mas essa proposta havia sido vetada pelo Governo do Estado. "Qual seria a razão dessa "blindagem" na dotação orçamentária dos poderes citados?", argumentou. Lembrou em seguida que, esta Casa teria que dar uma resposta nesse sentido. Entre outros comentários, concluiu o seu pronunciamento. Logo em seguida, fez uso da palavra o secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins de Carvalho que esclareceu, na mensagem, o Governador João Azevedo dizendo que, "as diretrizes orçamentárias para 2020 refletiam o esforço do Governo Estadual em continuar mantendo a estabilidade fiscal, com uma gestão pública responsável e comprometida com o planejamento, a transparência e o equilíbrio das contas públicas, apesar da conjuntura econômica nacional". Dando continuidade, enfatizou que, foram retiradas da peça orçamentária o parágrafo 4º, do art. 35, pelas razões que foram expostas naquela ocasião, bem como por intercessão do TCE, que sugeriu outra redação com referências ao orçamento e suplementação de verbas. Esclareceu também que, a Receita Orçamentária Líquida não servia de base para o cálculo do duodécimo. Ato contínuo, respondeu ao representante da UEPB, que o Governo do Estado já havia autorizado o repasse do reajuste do duodécimo daquela instituição de ensino, no entanto estava dependendo ainda de uma suplementação de verbas para adequar os duodécimos de todos os poderes, inclusive a UEPB que era regida pela Lei nº:7.643/2004. Lembrou também que, o Estado teria que respeitar o ajuste fiscal mais também ter o cuidado de não infringir a LRF. Dando prosseguimento, demonstrou sua preocupação individual e técnica, com referência ao Orçamento Impositivo, com relação à análise do

serviço público. Nesse ínterim esclareceu a diferença entre despesas fixas e variáveis. Lembrou, em seguida, da precaução em transformar a despesa no orçamento impositivo. Respondeu ainda ao Dr. Ricardo Barros que, segundo determinação do Governo do Estado, no próximo ano seria corrigido o orçamento da Defensoria Pública. Informou ao deputado João Bosco Carneiro Júnior que o duodécimo era uma regra básica para todos os poderes. Entre outros comentários esclareceu que, as receitas correntes líquidas seriam verbas que não poderiam ser transferidas aos poderes por imposição constitucional, concluiu. Dando continuidade, assumiu a Tribuna o Pró-Reitor de Planejamento da UEPB, Prof. Luciano Albino. O orador iniciou o seu pronunciamento fazendo referências à Lei nº: 7. 643/2004 que previa a sua autonomia. Nesse ínterim procedeu a leitura do art. 3º da referida lei e logo em seguida denunciou que, a UEPB estaria passando não por um congelamento dos salários, mas uma redução nos recursos do seu orçamento, num total descumprimento da sua lei de autonomia. Citou os valores defasados em duzentos e sessenta e três mil reais que o Governo do Estado vinha repassando a menos para aquela instituição de ensino superior. Na oportunidade, esclareceu o caráter da receita inclusiva daquela instituição. Concluiu, entre outros comentários informando que, tirando todas as despesas daquela entidade, restaria apenas quinhentos mil reais, para manter todas as suas despesas líquidas correntes. Logo em seguida o deputado Chió assumiu a Tribuna. Inicialmente, cumprimentou as demais autoridades presentes. Posteriormente, questionou sobre as cobranças dos poderes pelos seus duodécimos e indagou sobre como o dinheiro também chegaria à população mais necessitada. Ato contínuo, demonstrou a sua preocupação com relação ao que o Governo estaria fazendo para arrecadar mais recursos para manter a máquina do Estado funcionando e chegar à população em si. Indagou, em seguida do Secretário sobre que ações o Governo estaria implementando para aumentar a arrecadação do Estado, concluiu. Da Tribuna, o Pres. da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais ressaltou que, o MP, sendo o guardião do estado democrático de direito, estaria com os salários congelados há quatro anos, enquanto que a receita líquida do Estado cresceu em torno de 20%, disse. Concluiu solicitando que o Governo do Estado se sensibilize e reconheça a autonomia dos Poderes Instituídos. Já o líder da bancada de oposição deputado Raniery Paulino, da Tribuna, após saudar os presentes, ressaltou a importância da audiência para debater os investimentos relativos aos setores e às instituições. “Esse momento é muito importante, pois é um diálogo institucional com o secretário de

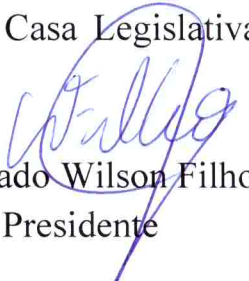
Planejamento, que vem fazer a exposição da LDO com os parlamentares, com a sociedade civil organizada. Eu digo que aqui, tanto a LDO como a Lei Orçamentária, que chegará no segundo semestre, vão chegar de um tamanho e vai sair maior e mais qualificada, pela contribuição dos parlamentares, que recebem demandas dos mais variados temas”, destacou. Logo após acrescentou que, "não há democracia plena sem ter o respeito à autonomia plena e financeira dos poderes". Em seguida, procedeu um relato dos órgãos que estavam com problemas nos seus duodécimos, citando o exemplo do TJ que teve que fechar algumas comarcas no interior do Estado, entre outros. O orador também indagou do Secretário se os recursos repassados à instituição de saúde Cruz Vermelha do Estado, no montante de um bilhão e quatrocentos mil reais que foram ressarcidos aos cofres públicos. Concluiu tecendo comentários em defesa da autonomia e dos salários defasados dos servidores da UEPB. Falou em seguida o senhor Gilberto Medeiros, que fez críticas a uma parte da fala do Secretário de Estado, afirmando que, desde o ano de 2016, há um congelamento do orçamento dos três poderes, mesmo com o aumento da arrecadação nos últimos anos. Ele ainda disse haver uma inconstitucionalidade no atual projeto da lei orçamentária e afirmou que, não teria como existir um estado democrático de direito sem autonomia dos poderes. Por fim, solicitou ao atual Governador a recomposição parcial do orçamento com base no IPCA. Logo após, usou da palavra o deputado João Henrique, que, após cumprimento de praxe, disse que algumas instituições e entidades estavam em uma situação desagradável em virtude do corte no orçamento delas, mostrou-se preocupado com a situação orçamentária da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Ministério Público e disse que este deixou de receber cerca de 239 milhões, comprometendo a autonomia financeira e administrativa da instituição. O deputado ainda fez críticas à Assembleia Legislativa da Paraíba por não ter se rebelado contra os cortes no orçamento dos órgãos e instituições afetados e contra o não repasse do duodécimo dos poderes. Por fim, afirmou que o corte no orçamento da UEPB poderá ser responsável pelo encerramento de parte das atividades dela. Assumiu a palavra o senhor João Ramalho, presidente do SINJEP/PB, que, na ocasião, parabenizou a iniciativa do Governador pelo restabelecimento do repasse do orçamento aos poderes, dentro do previsto na dotação orçamentária do Estado, fez críticas a uma parte da fala do Secretário de Estado no tocante ao repasse do duodécimo e afirmou que o repasse do orçamento era necessário para a melhoria da vida do jurisdicionado e para o cumprimento das metas do judiciário. Por fim, ele frisou o caso dos aprovados no concurso de juiz de direito e destacou a

importância da luta da categoria dos servidores do judiciário estadual. Usou da palavra, logo após, o deputado Cabo Gilberto, que, na oportunidade, fez críticas à gestão executiva passada, lamentou o fato de o governo passado não ter tido respeito à autonomia dos poderes do Estado e ter tratado de maneira injusta a UEPB. Por fim, agradeceu a oportunidade da fala. Em seguida, falou o professor Josivaldo Cunha, que, no uso da palavra, afirmou que o governo atual sinalizou a possibilidade de repor o orçamento para que os poderes recuperassem parte do que foi retirado pelo governo passado e disse que espera que haja um avanço nas negociações entre governo e os poderes. Ele falou, ainda que, a UEPB foi uma das mais prejudicadas na gestão do governo passado, destacou que, desde o ano de 2015, a instituição de ensino vem sofrendo um decréscimo orçamentário e sugeriu ao legislativo reuniões de trabalho entre este poder e o executivo e que houvesse uma política de recuperação orçamentária para os poderes e entidades e órgãos prejudicados com o contingenciamento. Concluiu agradecendo a oportunidade de fala. Em seguida, falou a deputada Estela Bezerra, que parabenizou o secretário Gilmar Medeiros pela exposição e pela fala, falou da relevância em se discutir a LOA e o PPA ouvido a necessidade da sociedade paraibana e opinou que o orçamento de determinadas áreas deveria ser preservado. Ela disse ainda que o judiciário teria pela frente um grande desafio para a preservação da atividade jurisdicional e saiu em defesa de um projeto político com um diálogo maior entre os poderes. A deputada sugeriu que a máquina pública não poderia parar as atividades e que era justo que o executivo recebesse a maior parcela do orçamento do Estado. Por fim, ela se solidarizou com a UEPB. Falou em seguida a senhora Ciane Feliciano, advogada e defensora pública, que iniciou a fala fazendo críticas à gestão do governo de Ricardo Coutinho, parabenizou a exposição e a fala do secretário Gilmar Medeiros, apresentou os problemas da Defensoria Pública e lamentou o descumprimento do orçamento por parte do governo Ricardo Coutinho, citou o julgamento do Supremo Tribunal Federal no qual julgou a inconstitucionalidade da LOA. Por fim, lembrou que o governo passado só repassou à Defensoria Pública 70 milhões, quando deveriam ter sido passados 90 milhões. Em seguida, usou da palavra o deputado Wallber Virgolino, que, após cumprimento de praxe, parabenizou o secretário pela vinda à reunião, falou da importância em o governo respeitar a tripartição dos poderes e a autonomia destes, disse que esperava que o Governo atual observasse as prerrogativas constitucionais dos poderes e disse que não adiantava apenas uma previsão orçamentária se não existisse o efetivo repasse do orçamento. Depois ele pediu ao secretário o

compromisso para que tudo o que foi dito por ele fosse cumprido e que houvesse o repasse orçamentário previsto na constituição. Por fim, disse que o secretário poderia contar com o apoio da ALPB e falou que o gabinete dele estaria à disposição do secretário. Concluiu a fala questionando o secretário sobre concursos previstos no orçamento. Se há previsão orçamentária, não havia porque não convocar os aprovados, questionou o deputado. Falou depois o senhor Nelson Jr, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (ADUEPB), que frisou a importância do papel da UEPB para a população, falou da contribuição dela para o desenvolvimento econômico e cultural da Paraíba, lembrou que 50% das vagas ofertadas pela universidade são para alunos beneficiados pela política de cotas e lamentou o corte no orçamento da instituição de mais 500 milhões de reais. Ele falou ainda que a UEPB sempre teve espaço na ALPB, parabenizou a iniciativa de todos os deputados pela presente sessão, lamentou a falta da recomposição salarial dos servidores da universidade e não ascensão deles e finalizou o discurso perguntando ao secretário se era possível a recomposição orçamentária da UEPB para os próximos anos. Com a palavra, o senhor Gustavo Terto, vice-presidente da SINTESP – teceu comentários sobre a LOA nas prioridades do Estado. Destacou os cortes feitos pelo governo e a redução do número de investimentos. Enfatizou que sem a priorização da educação superior o estado não evolui e o futuro intelectual da Paraíba ficará comprometido. Em seguida, agradeceu a oportunidade e concluiu o seu discurso. Ocupou a Tribuna o senhor Manoel Isidro – presidente do SINDIFISCO. Inicialmente, saudou a Mesa Diretora da Casa e parabenizou o secretário Gilmar Martins pelas explicações técnicas referentes ao equilíbrio fiscal do Estado. Fez em seguida uma retrospectiva da receita bruta do estado de 2010 a 2018, destacando que a inflação durante esse período chegou a 60% enquanto o reajuste do servidor público foi de apenas 12,5%. Segundo o orador se faz necessário o aumento da receita para que o reajuste salarial dos servidores estaduais seja concretizado. Dando prosseguimento, o secretário Gilmar Martins passou a responder as indagações feitas pelos representantes das entidades presentes a esta audiência pública. Colocou-se também a disposição dos interessados para um debate com mais profundidade. Em resposta ao professor Luciano Albin, relacionado ao orçamento 2019, sugeriu o agendamento com o governador do estado para possíveis correções. Em resposta ao deputado Chió sobre o aumento de arrecadação, informou que o governo pretende aumentar o nível de investimento público. Citou dentre eles as ações de desenvolvimento da agricultura familiar,

irrigação, dentre outros; Projeto Profisco 2 – busca condições de infraestrutura e tecnologia para que a Secretaria da Fazenda desempenhe a função como agente arrecadador. Em resposta ao deputado Raniery Paulino destacou a MP246 – Lei nº 10660 – ressarcimento nas Ordens de Serviço. Segundo o secretário, a matéria está sendo estudada através do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça. Com relação às intervenções, acrescentou que não se tratou o ressarcimento. Disse que existe controle do executivo dentro das OS. Em resposta ao deputado Wallber Virgolino esclareceu indagações sobre planejamento como instrumento de ação governamental. Discorreu sobre as questões de concurso público e teceu explicações técnicas sobre a previsão de receita, limite de despesas com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal e princípio de equilíbrio do orçamento. Respondendo ao senhor Nelson Júnior da UEPB, falou que a proposta no orçamento referente ao vencimento de servidores também obedece a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para a reposição de perdas propôs agendamento entre o reitor e o governador do estado para maiores entendimentos. Respondendo para o senhor Manoel Isidro, teceu comentários sobre a recuperação da dívida ativa, renúncia fiscal, guerra fiscal entre estados vizinhos, entre outros. Com a palavra, o senhor João Bosco Ferraz de Oliveira – representante do conselho de economia, discorreu sobre questões de custeios da máquina administrativa. Reforçou a necessidade do Estado criar receitas a fim de impulsionar a economia. Em seguida, usou a palavra o senhor Benedito Fonseca – SINDOJUS PB, que destacou a elevação do duodécimo e propôs debate sobre a recuperação de débitos. Discorreu sobre problemas acarretados no Tribunal de Justiça que se encontra há três anos sem data base. Seguidamente, o senhor Altamir Pimentel – presidente da Associação dos Servidores da Justiça discorreu sobre as propostas do governo para a retomada do IPCA. Destacou a função social da justiça, pedindo atenção especial ao projeto da LDO para reposição das perdas salariais sofridas pelo Tribunal de Justiça e demais poderes, com o congelamento do duodécimo. Com a palavra, o senhor José Ivonaldo Batista – representante dos técnicos e analistas judiciários da Paraíba, destacou a próxima Lei Orçamentária no seu artigo 35 – incremento corrigido do FPCA de julho/2015 a junho/2019 – rompe o congelamento para os poderes e órgãos. Segundo o orador, o parágrafo 4º do artigo 35 não foi visualizado esse dispositivo na proposta. Portanto, solicitou o resgate desse item. O presidente concedeu a palavra à senhora Luana Matos, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que é aluna da UEPB, e que os alunos não tem como se manter sem a existência de políticas de

permanência. Destacou que a educação é direito constitucional, e que os estudantes não recebem bolsas. Pediu para que, quando os deputados forem tratar de cortes na UEPB, analisem a situação dos estudantes. Agradeceu e encerrou. O Presidente concedeu a palavra ao senhor José Sérgio Cunha, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que entende a necessidade e respeita a lei responsabilidade fiscal, mais que está a cinco anos sem aumento. Informou que o Reitor da UEPB afirmou que terá que fechar a gráfica por falta de condições para manter, e que foi necessário fechar um dos museus. Destacou que, para a educação superior está previsto orçamento de três por cento, e que o percentual não atende a necessidade da população. Apartou ainda que achou positivo o sinal do Governador para receber amanhã representantes da UEPB. Agradeceu e encerrou. O secretário Ancelmo pediu que o senhor João Bosco envie a planilha de cálculos do Conselho Federal de Economia para colaborar com a elaboração do PPA. O deputado Tião Gomes disse que o trabalho da Comissão de Orçamento é importante, e vai analisar pra tentar fazer o melhor possível para a Paraíba. O Presidente comunicou que o dia 27 de maio de 2019 é o prazo final para apresentação de emendas, e declarou encerrada a presente audiência. Lavrando a presente Ata, a redatora Evelin Elena Duarte Limeira, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo presidente deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 22 de maio de 2018.


Deputado Wilson Filho
Presidente

